

PUBLICIDADE LEGAL



CNPJ 88.446.034/0001-55
NIRE 43300014231

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição em nossa sede Social a Av. Pátria 1351, em Carazinho/RS, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Carazinho/RS, 25 de março de 2025

Elcio Jorge Bortoloti
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

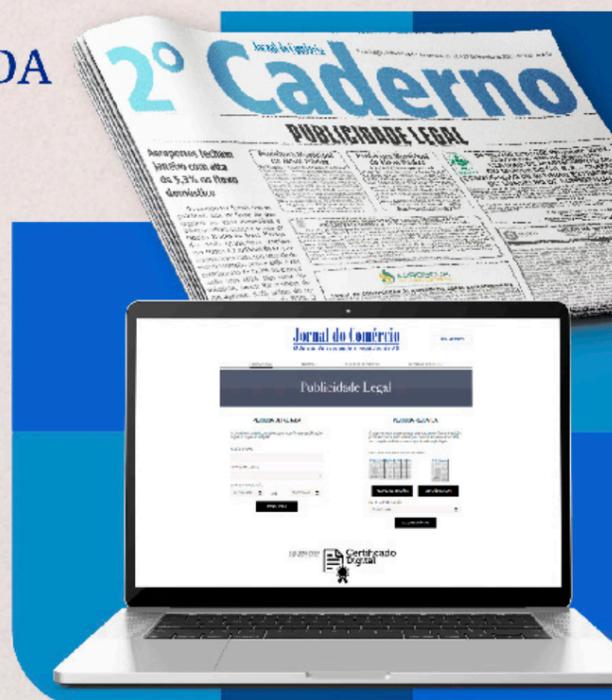
O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



LEIA O QR CODE

**ENTRE EM CONTATO PARA FAZER
UM ORÇAMENTO E CONHECER
MELHOR NOSSO PRODUTO.**

**WHATSAPP: (51) 3213-1342
E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR**



PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ/MF nº: 93.015.006/0001-13 | NIRE: 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na Sede Social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente

Ivo José Zaffari
Diretor Superintendente

Jornal do Comércio

Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.

Baixe já o app do JC

Aplicativo disponível nas principais plataformas digitais



PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D
 Companhia Aberta - CNPJ nº 08.467.115/0001-00
AVISO AOS ACIONISTAS
 Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia"), na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (<https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/>), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2024.
 Porto Alegre, 27 de março de 2025
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Jornal do Comércio 91 ANOS
 O jornal de economia e negócios do RS

MANTENHA O FOCO NA INFORMAÇÃO E
DECIDA COM CONFIANÇA.



Telefone: (51) 3213.1300
 WhatsApp: (51) 3213.1397
 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

FORJASUL CANOAS S/A – IND. METALÚRGICA
CNPJ 88.313.853/0001-24 – NIRE 43300003621 – Canoas, RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Ficam os acionistas de Forjasul Canoas S/A Indústria Metalúrgica, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Tupi, 200, Bairro Igara, em Canoas/RS, CEP 92.410-310, CONVOCADOS para Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia 10 de abril de 2025, às 14:00 hrs, na sede social da Companhia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2) Deliberar e destinar o resultado desse exercício social; 3) Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e, 4) Eleição do Conselho Fiscal.
 Canoas/RS, 27 de março de 2025. **Roberto João Manfroi – Presidente do Conselho de Administração.**

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,
 NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se
 à informação com apenas um clique!



Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES
 CNPJ 87.456.562/0001-22 - NIRE 43.300.009.882
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária: Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **29 de abril de 2025, às 16:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, uma vez que representa o principal local de condução das atividades corporativas da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício-social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores. Em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22.03.2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento). Ainda, de acordo com o previsto nas Resoluções CVM 70, de 22.03.2022, e 204, de 04.06.2024, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) das ações com direito a voto e 2% (dois por cento) das ações sem direito a voto. Por fim, a Companhia comunica sua intenção de não disponibilizar o boletim de voto à distância, em atenção ao previsto na Resolução CVM 204, de 04.06.2024, ressalvada a oposição por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social, mediante manifestação escrita dirigida ao Diretor de Relações de Investidores, até 25 (vinte e cinco dias) antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, Porto Alegre/RS, 28 de março de 2025. **Augusto Lauro de Oliveira Júnior - Presidente do Conselho de Administração**

Jornal do Comércio

**O CONTEÚDO QUE
 FAZ A DIFERENÇA
 NO SEU DIA A DIA**



Escaneie o
QRCode e
 acesse o
 canal
 do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A. TASA3 TASA4
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02 - NIRE 4330000739-1
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - 29 de Abril de 2025, às 14:00 Horas

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 29 de abril de 2025, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Deliberar sobre a fixação do número de vagas para compor o Conselho de Administração no mandato que se inicia a partir da eleição a ser realizada na Assembleia; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; (v) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (vi) Deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária para o exercício social de 2025, nos termos da proposta da administração; e (vii) Deliberar sobre a proposta da administração de remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025, nos termos da proposta da administração.

Em Assembleia Extraordinária: (i) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social mediante a capitalização de parte do saldo da conta de Reserva Estatutária (prevista no art. 41 do Estatuto Social), no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com emissão de novas ações, a serem bonificadas aos acionistas nos termos da proposta da administração; e (ii) Em caso de aprovação do item (i) acima, deliberar sobre a reforma do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo capital social e número de ações que o representa, com a respectiva consolidação do documento. **Instruções Gerais:** A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada de forma presencial na sede da Companhia. Essa opção foi definida em função da tradição de a Companhia sempre realizar suas assembleias presencialmente nesse local, criando, assim, uma oportunidade adicional para os acionistas conhecerem as instalações. Além disso, a administração entende que o formato presencial garante uma comunicação mais clara e direta entre os presentes, possibilitando debates mais produtivos e a tomada de decisões informadas. Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br/>). Tais documentos encontram-se disponíveis também, desde a referida data, na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Para participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas, por si ou por seus representantes/procuradores legalmente constituídos, conforme o caso, deverão apresentar: (i) documento de identidade da pessoa natural presente; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, ficando dispensados da apresentação desse documento os acionistas que constarem da base acionária atualizada emitida pela instituição financeira depositária e pelo escriturador; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado fisicamente na sede social da Companhia ou na forma digital, validado pelo Sistema ICP Brasil. A representação dos acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento dependem da apresentação, ainda, dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até 02 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia (até 25/04/2025, às 14:00 horas), o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores por e-mail para ago@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil aos cuidados da área de relações com investidores. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia por meio de voto a distância, usando o "Boletim de Voto à Distância", que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br/>), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), devendo ser recebido pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia. Para fins do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante necessário para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM 70/2022. Sem prejuízo do prazo previsto no artigo 141, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/1976, a Companhia destaca a importância de os pedidos de voto múltiplo serem feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas. Por fim, destaca-se que o Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento permanente, razão pela qual não se aplica o disposto no artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM nº 81/2022.

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC
O ALCANCE QUALIFICADO
QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM
CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



* continuação																																													
Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 do Banco de Lage Landen Brasil S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																																													
<p>Risco operacional: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado. Risco de mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O Banco implementou política de Gestão de Riscos de Mercado, consoante com os dispositivos da Resolução CMN nº4.557 de 23 de fevereiro de 2017. A área de Gestão de Riscos monitora de forma independente das áreas executoras os níveis de riscos de mercado, bem como a aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas. O Banco se encontra apto a atender as exigências do BACEN que tratam da estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Em linha com as melhores práticas do sistema financeiro, o Banco instituiu uma política corporativa que versa sobre o gerenciamento do risco operacional. A referida política encontra-se devidamente aprovada pela Diretoria observando os preceitos dos dispositivos do Novo Acordo de Mensuração de Capital - Basileia III, ratificados no Brasil Resolução CMN nº4.557 de 23 de fevereiro de 2017 e dispositivos complementares. Risco Social, Ambiental e Climático: o risco social, ambiental e climático é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas da instituição devido a danos socioambientais. Esses, geralmente, são riscos indiretos e decorrentes de negócios, incluindo os realizados com clientes e fornecedores, e são relacionados com poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. Nesse sentido, o Banco DLL acredita que a sustentabilidade é essencial para o sucesso a longo prazo para o seu negócio, para os negócios de seus clientes e para o mundo. Por meio de iniciativas corporativas, o Banco apoia programas sociais e beneficentes no Brasil e ao redor do mundo, promove uma forte responsabilidade do funcionário para a sociedade através de voluntariado corporativo e programas de doação. Adicionalmente, o Banco DLL mantém altos padrões éticos e ambientais na nossa forma de fazer negócios e tem como objetivo oferecer soluções financeiras sustentáveis. O gerenciamento do risco operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco e é fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios, sendo todas as áreas de negócios do Banco responsáveis na observação dos riscos operacionais respectivos às suas funções, inclusive no reporte desses eventos. Cabe a Área Riscos a responsabilidade pela gestão centralizada do risco operacional, monitorando os aspectos gerais referentes ao tema, bem como coordenar com as diversas áreas envolvidas na correta aplicação dos procedimentos instituídos em política, reportando-se matricialmente à Administração todos os eventos identificados como possíveis riscos operacionais. Gerenciamento de capital: O processo de gerenciamento de capital tem como objetivo dar o suporte necessário para o Banco atingir os seus objetivos estratégicos, considerando o ambiente econômico e as características específicas de seus produtos e dos mercados nos quais atua. Em linha com a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco elabora periodicamente orçamentos de capital com base nas informações e estimativas que tem disponível. Adicionalmente, acompanha a adequação do seu Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em relação ao Patrimônio de Referência (PR) numa base diária, provendo dessa forma a informação de risco necessária para que a Instituição possa conduzir seus negócios de maneira adequada enquanto gerência os riscos existentes. Na elaboração e manutenção do Plano de Capital também são consideradas ameaças e oportunidades, metas de crescimento e cenários de estresse, para os quais existe um Plano de Contingência de Capital devidamente estabelecido e testado. O BACEN determina que o PRE deve ser permanentemente compatível com o PR do Banco, garantindo assim que o capital mantido pelos acionistas seja sempre suficiente para cobrir no mínimo os riscos de crédito, mercado e operacional, conforme demonstrado na nota 25. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade realizada pelo Banco tem como objetivo mensurar, controlar e reportar o impacto dos movimentos das taxas de juros sobre o balanço da Instituição. Desta forma, limites máximos de exposição total, por indexador e prazo, são definidos e aplicados nas carteiras e buscam limitar exposições acima do apetite de riscos definido pela Instituição. Os dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da entidade são a taxa de juros em moeda determinada que não seja observável e não possa ser corroborada por dados de mercado observáveis em intervalos comumente cotados ou de outro modo para substancialmente a totalidade do prazo do swap de moeda. Aumentos (reduções) significativos em quaisquer dessas informações isoladamente resultariam na mensuração do valor justo significativamente mais baixa (elevada). De modo geral, a mudança na premissa utilizada é acompanhada por mudança direcionalmente similar na premissa utilizada para a gravidade da perda e uma mudança direcionalmente oposta na premissa utilizada para o objeto de hedge, evitando impactos significativos. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.dllgroup.com.br (não auditado).</p>	<p>27. Outras informações: a. Despesas tributárias referem-se, à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) calculada à alíquota de 0,65%, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculada à alíquota de 4%, ao Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 5% e demais impostos, conforme abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2º Semestre Exercício</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)</td> <td>(9.303)</td> <td>(22.433)</td> <td>(20.636)</td> </tr> <tr> <td>Imposto sobre serviços (ISS)</td> <td>(2.628)</td> <td>(7.574)</td> <td>(8.552)</td> </tr> <tr> <td>Contribuição ao programa de integração social (PIS)</td> <td>(1.511)</td> <td>(3.645)</td> <td>(3.353)</td> </tr> <tr> <td>Impostos de remessa para exterior</td> <td>(10.128)</td> <td>(23.884)</td> <td>(18.463)</td> </tr> <tr> <td>Outros impostos</td> <td>(285)</td> <td>(437)</td> <td>(328)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(23.855)</td> <td>(57.973)</td> <td>(51.332)</td> </tr> </tbody> </table> <p>b. O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus colaboradores e administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R\$ 865 no exercício e R\$ 446 no semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 814 em 31 de dezembro de 2023). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida. c. Em atendimento as normas previstas no CPC nº 33 e Resolução nº 4.424 do CMN, de 25 de junho de 2015, a Administração efetuou uma avaliação preliminar com o propósito de identificar e determinar o montante dos passivos atuariais relativos a beneficiários empregados. Esta avaliação concluiu que o Banco não possuía passivo com essas características em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.</p> <p>28. Resultados não recorrentes: De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, determina-se que o resultado não recorrente trata-se do resultado que: I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; ou II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão compostos da seguinte forma:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2º Semestre Exercício</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado não operacional - alienação imobilizado em uso</td> <td>5</td> <td>14</td> <td>(186)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>5</td> <td>14</td> <td>(186)</td> </tr> </tbody> </table>		2024	2023		2º Semestre Exercício	Exercício	Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	(9.303)	(22.433)	(20.636)	Imposto sobre serviços (ISS)	(2.628)	(7.574)	(8.552)	Contribuição ao programa de integração social (PIS)	(1.511)	(3.645)	(3.353)	Impostos de remessa para exterior	(10.128)	(23.884)	(18.463)	Outros impostos	(285)	(437)	(328)	Total	(23.855)	(57.973)	(51.332)		2024	2023		2º Semestre Exercício	Exercício	Resultado não operacional - alienação imobilizado em uso	5	14	(186)		5	14	(186)
			2024	2023																																									
	2º Semestre Exercício	Exercício																																											
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	(9.303)	(22.433)	(20.636)																																										
Imposto sobre serviços (ISS)	(2.628)	(7.574)	(8.552)																																										
Contribuição ao programa de integração social (PIS)	(1.511)	(3.645)	(3.353)																																										
Impostos de remessa para exterior	(10.128)	(23.884)	(18.463)																																										
Outros impostos	(285)	(437)	(328)																																										
Total	(23.855)	(57.973)	(51.332)																																										
	2024	2023																																											
	2º Semestre Exercício	Exercício																																											
Resultado não operacional - alienação imobilizado em uso	5	14	(186)																																										
	5	14	(186)																																										
<p>Diretoria</p> <p>José Luiz Souza de Campos - Diretor Presidente Paulo Ricardo Magalhães Rocha - Diretor Executivo</p>		<p>Anderson Juliano dos Santos - Diretor Executivo Juliana Gilioi - Diretora Executiva</p>																																											
<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>Aos Administradores e Acionistas Banco De Lage Landen Brasil S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Porque é um PAA: Mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Conforme divulgado nas Notas 3(d) e 6, na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito a administração da Instituição leva em consideração as determinações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2.682/99. No cumprimento dessa norma, a administração da Instituição exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para definição do risco de crédito das contrapartes das operações, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois o uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa incorreta da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, resultando em variações significativas dessa provisão. Como o assunto foi conduzido: Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à (i) aprovação da política de crédito, (ii) concessão de crédito; (iii) operações renegociadas; (iv) atribuição de nível de risco; (v) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares; e (vi) elaboração das notas explicativas. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, (ii) recálculo das provisões com base na classificação de risco e no atraso das operações, e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria. Valor recuperável de créditos tributários: Conforme divulgado nas Notas 3(m) e 15(b) e (c) a Instituição possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, constituídos nos termos da legislação em vigor, conforme Resolução nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020. Esses créditos foram constituídos considerando as expectativas de realização determinadas com base em projeções de resultados futuros. Na elaboração das referidas projeções foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, bem como estimativas de prazos de realização das diferenças temporárias. Nesse contexto, essa é uma área foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção dos lucros tributáveis e os prazos estimados de realização dos créditos tributários, podendo impactar, consequentemente, no valor do ativo fiscal reconhecido nas demonstrações financeiras da Instituição. Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e das projeções de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos e obtivemos explicações para as principais variações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizadas pela administração para a avaliação do valor recuperável desses ativos são razoáveis e as divulgações estão consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>																																													
<p>Porto Alegre, 25 de março de 2025</p> <p>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-6</p>		<p>Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6</p>																																											

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

»»» Continuação PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
<p>Aos Administradores e Acionistas da Paludo Participações S.A.</p> <p>Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paludo Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Paludo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Investimentos: Os valores dos investimentos na coligada Fate S.A.I.C.I., estão detalhados na nota explicativa "11". No entanto, esses valores não foram convertidos para atendimento da totalidade das práticas contábeis adotadas no Brasil – IFRS, cujos efeitos nos Investimentos, Resultado do Exercício e, por consequência no Patrimônio Líquido, não foram possíveis quantificar. As demonstrações financeiras da coligada foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers – PwC, de acordo com as práticas contábeis adotadas na Argentina, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2024, sem modificação de opinião, considerando que os encerramentos dos exercícios são diferentes do Brasil. O período de julho a dezembro de 2024 não foi auditado até a presente data. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações</p>	<p>financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>Porto Alegre, 27 de março de 2025.</p> <p>MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RS Nº 006472/O-1 GEORGE ANGNES - Contador - CRC/PR 42667/O-1 MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RS Nº 006472/O-1 FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR - Contador CRC/PR Nº 053251/O-8 T/RS S/PR</p>

Jornal do Comércio

O CONTEÚDO QUE FAZ A DIFERENÇA NO SEU DIA A DIA



Escaneie o QRCode e acesse o canal do JC



PUBLICIDADE LEGAL



LOJAS QUERO-QUERO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4

LJQQ3
B3 LISTED

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Queró-Queró S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 9:00 horas, no Auditório da Companhia, localizado na Rua Tapajós nº 15, sala 201, cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul ("Auditório"), endereço distinto e próximo daquele da sede social da Companhia, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: Em sede de **Assembleia Geral Ordinária**: (i) Tomar as contas dos Administradores da Companhia, e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório anual da administração, e dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025, conforme proposta da administração. Em sede de **Assembleia Geral Extraordinária**: (i) Aprovar a alteração do caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento do capital social da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de dezembro de 2024 e homologado em reunião realizada em 06 de março de 2025; e (ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar na Assembleia (incluindo instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia.

Instruções Gerais - Modo Presencial. Nos termos da legislação e regulação aplicáveis, a Assembleia será realizada de modo presencial, no Auditório. A escolha do formato para a realização da Assembleia considerou diversos fatores relevantes, incluindo níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com as características da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a efetiva participação dos interessados. **Local da Assembleia.** A administração esclarece que optou pela realização da Assembleia no Auditório da Companhia, no mesmo município e próximo da sua sede, para maior comodidade e conforto de seus acionistas, tendo em vista não possuir um espaço físico adequado para comportar muitos acionistas em sua sede. **Participação na Assembleia.** Nos termos do artigo 6º, §1º da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas que pretendem participar da Assembleia deverão enviar e-mail ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia (ri@quero-quero.com.br) até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e. até o dia 28 de abril de 2024), apresentando os seguintes documentos à Companhia, conforme aplicáveis:

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista ⁽²⁾	-	X	X
Regulamento consolidado do fundo ⁽²⁾	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.
 (2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário para pedido de instalação do Conselho Fiscal é 2%. Os acionistas que forem representados por meio de procuração deverão apresentar o respectivo instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, §1º, Lei das Sociedades por Ações. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não apresentem previamente os documentos acima referidos, bastando que compareçam à Assembleia munidos de tais documentos até a abertura dos trabalhos, conforme o art. 6º, §2º da Resolução CVM nº 81/22. Nesse caso, solicita-se que os acionistas compareçam com antecedência de modo que a conferência dos documentos possa ser realizada em tempo hábil para a sua participação. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, exceto os documentos elaborados em inglês ou espanhol. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento. A Companhia ressalta, por fim, que os documentos a serem enviados de forma digitalizada deverão ser produzidos e assinados com uso da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes, à central depositária ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelo do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. Nos casos acima, os boletins deverão ser enviados pelos acionistas no prazo de até 4 (quatro) dias antes da data de Assembleia, ou seja, até 26 de abril de 2025, inclusive. Eventuais boletins recebidos após esse prazo serão desconsiderados. A Companhia informa que se encontram a disposição dos acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.quero-quero.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 81/22 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia.
 Cachoeirinha, 31 de março de 2025. **Flávio Benício Jansen Ferreira** - Presidente do Conselho de Administração



O jornal de economia e negócios do RS

ASSINE AGORA

Com o JC a informação chega até você!

Telefone: (51) 3213.1300
 WhatsApp: (51) 3213.1397
 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br



FREPAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ 33.571.943/0001-23

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Frepar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarmos necessário. Porto Alegre, 24 de março de 2025. A Administração.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma).

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Table with 5 main columns: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, and sub-headers for 2024 and 2023. Rows include Ativo circulante, Caixa e equivalentes, Ativo não circulante, and Total do ativo.

Table titled 'Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido' showing changes in capital social, reserves, and dividends for 2023 and 2024.

Notas explicativas

Nota 1 - Informações Gerais: A Frepar Participações Societárias S.A. (Companhia) com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As demonstrações financeiras da Frepar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2025.

entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas. Todos os saldos foram arredondados para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha 'Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira'.

Table titled 'Demonstração do Resultado' showing operating expenses and income for 2023 and 2024, including Depesas e receitas operac., Despesas gerais e administrativas, and Lucro líquido do exercício.

resultados da Companhia em função das operações de empresas coligadas e outras controladas indiretamente ("empresas"). Risco de taxas de juros: É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras de suas coligadas. As empresas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como Libor e CDI. Desta forma, podem contratar swaps de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio afetando notadamente o patrimônio líquido da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos pelas empresas coligadas. Risco de crédito: Esse risco advém da possibilidade das empresas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos deitados junto a instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as empresas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, as empresas somente realizam aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operar num mercado de commodities, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, são monitoradas permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Table titled 'Demonstração do Resultado Abrangente' showing comprehensive income and expenses for 2023 and 2024, including Lucro liq. apurado na demonstração result., Valores potenc. reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro, and Resultado abrangente para o exercício líquido de impostos.

Table titled 'Demonstrações dos Fluxos de Caixa' showing cash flows from operations, financing, and investing activities for 2023 and 2024.

seguir reconciliam o lucro com os montantes utilizados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Nota 2 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Nota 3 - Investimentos: Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes ajustes serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no país. Nota 5 - Investimentos: Os investimentos em coligadas, e sua movimentação, podem ser demonstrados como segue:

Table showing investment details for 2023 and 2024, including Indac Invest. e Particip. S.A. and Açoter Part. Ltda.

Nota 6 - Instrumentos Financeiros: a) Considerações gerais: A Companhia, através de suas coligadas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, outros ativos circulantes, fornecedores, outros passivos circulantes e outros passivos não circulantes. b) Fatores de risco: Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas coligadas e outras controladas indiretamente ("empresas").

Nota 7 - Patrimônio Líquido - a) Capital social: Em 31/12/2024 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 413.632 (R\$ 413.632 em 31/12/2023) dividido em 413.632.263 ações (413.632.263 em 31/12/2023) no valor de R\$ 1,00 cada uma. b) Ajustes de avaliação patrimonial: A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito de aumento de participação em coligadas e o efeito de opção de ações de coligadas. c) Reserva de lucros: 1) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. 2) Lucros a realizar - A Companhia transfere para a reserva de lucros a realizar o montante do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será distribuída conforme disponibilidade de caixa da Companhia. d) Dividendos: A Companhia, conforme ata de reunião de diretoria, amparada na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado pela unanimidade de seus acionistas em Assembleia Geral. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será deliberada em Assembleia de Acionistas, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Em 2024 a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios na forma do previsto em seu estatuto no montante de R\$ 21.368 (R\$ 39.268 em 2023), adicionalmente, distribuiu, antecipadamente, dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 3.282 (R\$ 61.732 em 2023), totalizando o montante de R\$ 24.650 (R\$ 101.000 em 2023) pagos ao longo do exercício, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Table showing dividend distribution details for 2023 and 2024, including Cálculo dos dividendos, Reserva legal 5%, and Lucro líquido ajustado.

Table showing dividend payment dates and values for 2023 and 2024, including Data de deliberação, Data de pagamento, and Valor.

Nota 8 - Resultado por Ação: Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a

Diretor-Presidente: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter
Diretor-Superintendente: Arthur Chagas Gerdau Johannpeter
Contador: Denise Abreu Lanzoni - CRC RS - 93282/O



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

BALANÇO PATRIMONIAL Table with columns for ATIVO and PASSIVO, and rows for Circulante, Não Circulante, and Total Ativo/Passivo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, and rows for Receita Operacional Bruta, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, and Resultado Líquido.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Table with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023, and rows for Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Investimentos, and Financiamento.

DEMONSTRACÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Table with columns for CAPITAL SUBSCRITO, CAPITAL A REALIZAR, RESERVAS DE CAPITAL, LUCROS ACUMULADOS, and TOTAL.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1: CONTEXTO OPERACIONAL
A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Table with columns: Custos Corrigidos, Depreciação Acumulada, Valor Contábil 2024, Valor Contábil 2023. Rows include Terras e Terrenos, Benefícios e Urbanizações, Máquinas e Equipamentos, etc.

TOTAL 29.067.351,75 21.478.680,07 7.588.671,68 7.940.783,68

continua>>>>

PUBLICIDADE LEGAL

MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 12.181.987/0001-77 - NIRE 43.300.052.885
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
a ser realizada em 29 de abril de 2025

Ficam convocados os senhores acionistas da **MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, no dia **29 de abril de 2025, às 14:00 horas**, por meio da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Em **Assembleia Geral Ordinária**, deliberar sobre:

(i) as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer dos Auditores Independente da Companhia;

(ii) a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos;

(iii) a revisão do Orçamento de Capital da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2024; e

(iv) a fixação do limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025.

E, em **Assembleia Geral Extraordinária**, deliberar sobre:

(i) a alteração do número de membros do Conselho de Administração no mandato atual;

(ii) a eleição de um novo membro independente para o Conselho de Administração da Companhia.

Informações Gerais:
Todos documentos pertinentes à Assembleia estão à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (<http://ri.melnick.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), nos termos da RCVM 81, incluindo a Proposta da Administração relativa à Assembleia ("Proposta da Administração") e os Boletins de Voto a Distância.

A Assembleia será realizada de modo **exclusivamente digital**, podendo os acionistas participar e votar por meio da Plataforma Digital ou via Boletins de Voto a Distância, em observância ao disposto na RCVM 81.

A Companhia entende que a forma exclusivamente digital é a mais adequada para a realização desta Assembleia por facilitar a participação de seus acionistas, que poderão participar da Assembleia sem a necessidade de comparecimento presencial em sua sede. Além disso, esta foi a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação na Assembleia constam da Proposta da Administração.

Esclarecemos que os acionistas poderão participar via sistema eletrônico diretamente ou por procurador devidamente constituído, sendo que as regras para outorga de procuração encontram-se detalhadas na Proposta da Administração.

Participação remota por meio de sistema eletrônico. O acionista que desejar participar da Assembleia pela Plataforma Digital deverá enviar à Companhia, no endereço eletrônico ri@melnick.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, **2 (dois) dias de antecedência** da data da realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 27 de abril de 2025**, e-mail contendo a documentação indicada abaixo ("**Solicitação de Acesso**").

As regras e orientações detalhadas, bem como os procedimentos e informações adicionais para a participação do Acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital constam na Proposta da Administração.

Participação mediante envio dos Boletins de Voto a Distância. Nos termos da RCVM 81, e conforme detalhado na Proposta, os acionistas que tiverem interesse em exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins de Voto a Distância poderão:

(i) preenchê-los e enviá-los diretamente à Companhia por e-mail acompanhado dos documentos indicados na Proposta da Administração; ou

(ii) enviar as instruções de voto para os seguintes prestadores de serviço utilizando os canais por eles disponibilizados, sendo que: (ii.1) no caso de acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas na Central Depositária da B3, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio dos respectivos agentes de custódia ou da Central Depositária da B3; ou (ii.2) no caso de acionistas detentores de ações que estejam em ambiente escritural, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, escriturador das ações da Companhia.

Em cumprimento ao disposto na RCVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, combinado com o artigo 4º da RCVM 70.

Em caso de dúvida com relação aos procedimentos acima, favor contatar:

Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A
A/C: Relações com Investidores
Sr. Juliano Melnick
E-mail: ri@melnick.com.br

Porto Alegre (RS), 28 de março de 2025.
Milton Melnick
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

JOPAR - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A. CNPJ 33.571.764/0001-96

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Jopar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julguem necessário. Porto Alegre, 24 de março de 2025. A Administração.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Table with columns: Balanço Patrimonial (2024, 2023), Demonstração do Resultado (2024, 2023), Demonstração do Resultado Abrangente (2024, 2023). Rows include Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Ativo não circulante, Total do ativo, Despesas e receitas operacionais, Lucro líquido apurado na demonstração dos resultados.

Table: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Columns: Capital social, Reservas de lucros, Aj. de avaliação patrimonial, Lucros acumulados, Total do patrim. líquido. Rows: Saldo em 01/01/2023, Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício, Saldo em 31/12/2023, Lucro líquido do exercício, Saldo em 31/12/2024.

Table: Notas explicativas. Rows: Notas 1 - Informações Gerais, 2 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras, 3 - Investimentos, 4 - Caixa e equivalentes de caixa, 5 - Dividendos distribuídos.

Nota 1 - Informações Gerais: A Jopar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As demonstrações financeiras da Jopar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2025. Nota 2 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Riscos de conflitos internacionais: Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira das empresas investidas e, conseqüentemente, da Companhia.

Reforma tributária: Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2024. Novas normas contábeis: As emissões/alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: O IASB emitiu/revistou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nota 3 - Políticas Contábeis Materiais

- 3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira - Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha

"Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira". 3.2 - Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. 3.3 - Investimentos: Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. 3.4 - Dividendos distribuídos: O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a substituição de reserva legal, portanto, a Companhia registra provisões, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. 3.5 - Imposto de renda e contribuição social: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas a interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia, utiliza o lucro real como forma de tributação, às alíquotas de 25% para o Imposto de renda (15% mais o adicional de 10%) e 9% para a Contribuição social, para os exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023. Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta

Table: Caixa e equivalentes de caixa. Columns: 2024, 2023. Rows: Saldo em 31/12/2022, Equivalência, Ajustes de aval. patrim., Dividendos, Saldo em 31/12/2023, Equivalência, Ajustes de aval. patrim., Dividendos, Saldo em 31/12/2024, Partic. no capital total.

Table: Indac e Aportes Invest. e Partic. Columns: Indac S.A., Aportes Invest. e Partic., Total. Rows: Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Total de ativos, Patrimônio líquido, Lucro líquido do exercício.

Em 31/12/2024 os valores de ajustes de avaliação patrimonial referem-se a R\$ 167.259 de Outros resultados abrangentes e R\$ 15.367 de Outras movimentações de coligadas. Nota 6 - Instrumentos Financeiros: a) Considerações gerais: A Companhia, através de suas coligadas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, outros ativos circulantes, fornecedores, outros passivos circulantes e outros passivos não circulantes. b) Fatores de risco: Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas coligadas e outras controladas indiretamente ("empresas"): Risco de taxas de juros: É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras de suas

coligadas. As empresas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como Libor e CDI. Desta forma, podem contratar swaps de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando notadamente o patrimônio líquido da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos pelas empresas coligadas. Risco de crédito: Esse risco advém da possibilidade das empresas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos devedores junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as empresas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, as empresas somente realizam aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operar num mercado de commodities, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, são monitoradas permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. Nota 7 - Patrimônio Líquido - a) Capital social: Em 31/12/2024 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 413.632 (R\$ 413.632 em 31/12/2023) dividido em 413.632.263 ações (413.632.263 em 31/12/2023) no valor de R\$ 1,00 cada uma. b) Ajustes de avaliação patrimonial: A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito de aumento de participação em coligadas e o efeito de opção de ações de coligadas. 1) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. 2) Lucros a realizar - A Companhia transfere para a reserva de lucros a realizar o montante do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será distribuída conforme disponibilidade de caixa da Companhia. d) Dividendos: A Companhia, conforme ata de reunião de diretoria, ampara na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado pela unanimidade de seus acionistas em Assembleia Geral. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será deliberada em Assembleia de Acionistas, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Em 2024 a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios na forma do previsto em seu estatuto no montante de R\$ 21.368 (R\$ 39.268 em 2023), adicionalmente, distribuiu, antecipadamente, dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 3.282 (R\$ 61.732 em 2023), totalizando o montante de R\$ 24.650 (R\$ 101.000 em 2023) pagos ao longo do exercício, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Table: Cálculo dos dividendos. Columns: 2024, 2023. Rows: Lucro líquido do exercício, Reserva legal 5%, Lucro líquido ajustado, Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido ajustado, Dividendos adic. ao mínimo obríg., Total de dividendos distribuídos.

Table: Data de deliberação e Data de pagamento. Columns: Data de deliberação, Data de pagamento, Valor. Rows: 21/02/2024, 28/05/2024, 01/08/2024, 06/11/2024.

Nota 8 - Resultado por Ação: Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

Table: Resultado por Ação. Columns: 2024, 2023. Rows: Lucro líquido do exercício, Reserva legal 5%, Lucro líquido ajustado, Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido ajustado, Dividendos adic. ao mínimo obríg., Total de dividendos distribuídos, Valor.

Diretor-Presidente: André Bier Gerdaud Johannpeter. Diretora-Superintendente: Beatriz Bier Johannpeter. Contador: Denise Abreu Lanzoni - CRC/RS nº 93282/O

PUBLICIDADE LEGAL

FUGA S.A. CNPJ Nº 91.302.349/0001-33 - NIRE Nº 43.300.015.289. **Assembleia Geral Ordinária:** Convidamos os acionistas para se reunirem em nossa sede social, na Rua José Fuga, nº 1155, Bairro Constante Fuga em Marau/RS, às 09 (nove) horas do dia 30/04/2025, a fim de tratar: **Ordem do Dia: em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e demais demonstrações previstas no Art. 176 da Lei nº 6404/76, correspondente ao exercício social findo em 31.12.2024; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. Deliberar acerca das gratificações aos Administradores; e 4) Fixação da Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, relativo ao exercício encerrado em 31.12.2024, onde poderão obter cópia dos mesmos. MARAU, 28/03/2025. Constante Caetano Fuga – Presidente do Conselho de Administração.

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,
NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se
à informação com apenas um clique!



Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

RECRUSUL S/A - Companhia Aberta - CNPJ n. 91.333.666/0001-17 - NIRE 43.300.005.003
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

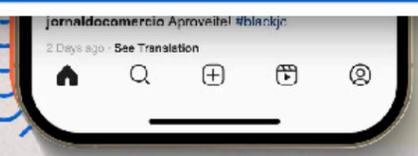
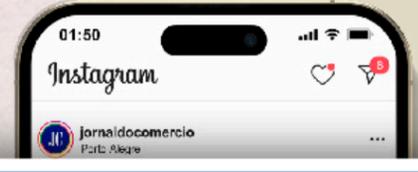
Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Luiz Pasteur nº 1020, em Sapucaia do Sul, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em regime ordinário (1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e, **(2)** eleger os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente e Vice-Presidente do órgão, e **(3)** fixar o montante da remuneração dos administradores.

INFORMAÇÕES GERAIS:

1 - Realizaremos a Assembleia de forma presencial em função do histórico de assembleias anteriores. Para a Companhia, a assembleia presencial é relevante porque permite a aproximação entre os acionistas, e dos acionistas com a administração. Nos anos em que as assembleias foram obrigatoriamente realizadas de modo digital, não houve participação de outros acionistas, exceto dos que costumam comparecer presencialmente na sede da Companhia. 2 - Para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte: **(a)** apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária, ou, se for o caso, pelo custodiante, em ambos os casos nos últimos 5 (cinco) dias; **(b)** caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; **(c)** apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações; 3 - Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). 3 - Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta de administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia <https://www.recrusul.com.br/investidores>. Tais documentos encontram-se disponíveis também, desde a referida data, na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Sapucaia do Sul, RS, 31 de março de 2025.
BERNARDO FLORES - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio 91 ANOS
 O jornal de economia e negócios do RS

MANTENHA O FOCO NA INFORMAÇÃO E
DECIDA COM CONFIANÇA.



Telefone: (51) 3213.1300
 WhatsApp: (51) 3213.1397
 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

a) Valor presente pela taxa de juros incremental do arrendatário na data de transição. Para os casos abaixo não foram mensurados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, por apresentarem incerteza na mensuração do valor (preço totalmente variável), não apresentarem um valor mínimo a ser pago ou serem de curta duração:

Table with 2 columns: Description and Amount. Rows include Máquinas e veículos, Terras de cultura, and Total for the 31/12/2024 period.

b) Movimentação dos ativos de arrendamentos. Adições de contratos, Remensuração de contratos, Depreciação do ativo de direito de uso, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

Depreciação de direito de uso no período: Terras de cultura, Máquinas e veículos, Total do período.

c) Composição dos passivos de arrendamentos. Máquinas e veículos, Terras de cultura, Total.

Passivo circulante, Passivo não circulante, Movimentação dos passivos de arrendamentos.

d) Movimentação dos passivos de arrendamentos. Adições de contratos, Remensuração de contratos, Realização do AVP sobre passivo de arrendamento, Pagamentos, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

e) Pagamentos: O pagamento do arrendamento de R\$ 114 no período é composto por R\$ 101 de principal e R\$ 13 de juros.

9. IMOBILIZADO

Política Contábil: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas.

Table with 3 columns: Descrição, Taxa média, and Vida útil. Rows include Correção e desenvolvimento do solo, Prédios e benfeitorias, Móveis e utensílios, Equipamentos e instalações de escritório, Equipamentos agrícolas e instalações industriais, Veículos, Outros.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Correção e desenvolvimento do solo, Prédios e benfeitorias, Equipamentos agrícolas e instalações industriais, Veículos, Móveis e utensílios, Equipamentos e instalações de escritório, Total imobilizado em operação, Imobilizado em andamento.

b) Movimentação do ativo imobilizado: Custos do imobilizado bruto, Adições, Depreciação, Saldo em 31/12/2024.

Table with 4 columns: Descrição, Adições, Depreciação, Saldo em 31/12/2024. Rows include Correção e desenvolvimento do solo, Prédios e benfeitorias, Equipamentos agrícolas e instalações industriais, Veículos, Móveis e utensílios, Equipamentos e instalações de escritório, Total imobilizado em operação, Imobilizado em andamento.

c) Imobilizado em andamento: Em 31 de dezembro 2024 o saldo das obras em andamento no valor de R\$ 1.609 está substancialmente representado por obras de expansão em prédios administrativos.

10. FORNECEDORES

Table with 2 columns: Description and Amount. Rows include Fornecedores em moeda nacional, Fornecedores em moeda estrangeira, Total.

A exposição do Grupo aos riscos de moeda relacionados a conta de fornecedores são divulgados na nota explicativa 16.c.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política Contábil: Os empréstimos e financiamentos contratados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto contratualmente acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações cambiais e amortizações apurados ao final de cada período.

Table with 2 columns: Description and Amount. Rows include Empréstimos e financiamentos tomados, Juros apropriados, Variação cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 temos a seguinte composição de empréstimos e financiamentos:

Table with 4 columns: Indexador, Taxas médias anuais de juros, 31/12/2024, 31/12/2024. Rows include Aplicados no Capital de Giro, Crédito rural, Capital de giro, Total, Parcela classificada no passivo não circulante, Crédito Rural.

12. TRIBUTOS SOBRE O LÚCRO. Política Contábil: Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual.

demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido quando provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Table with 4 columns: Imposto de Renda, Contribuição Social, Total, 31/12/2024. Rows include Ativos, Diferenças temporárias, Passivos, Resultado antes da tributação sobre o lucro, Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal, Valor registrado no resultado, Taxa efetiva.

Parcela classificada no passivo não circulante: 3.651. A Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

Table with 4 columns: Descrição, IRPJ, CSLL, 31/12/2024. Rows include Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal, Valor registrado no resultado, Impostos diferidos, Taxa efetiva.

b) Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo tem a sua movimentação demonstrada como segue:

Table with 4 columns: Reconhecidos no resultado do período, Reconhecido nos resultados abrangentes, Saldo em 31/12/2024, 31/12/2024. Rows include Provisão para participação nos resultados, Operações com derivativos, Provisão Fethab, Arrendamentos, Prejuízos fiscais e base negativa, Depreciação incentivada atividade rural, Arrendamentos, Valor justo ativos biológicos, Parcela classificada no passivo não circulante.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 19 de abril de 2024, a Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas Ltda. foi constituída, tendo como única sócia a SLC Agrícola S.A., com a integralização do capital social no valor de R\$ 100, correspondentes a 1 (uma) quota.

Total de ações do capital integralizado: 2.005.036. b) Resultado por ação: Política Contábil: O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Table with 4 columns: Descrição, Número de Ações, 31/12/2024, 31/12/2024. Rows include SLC Agrícola S.A., Agropecuária Rica S.A., Total de ações do capital integralizado, Numerador, Denominador, Média ponderada do número de ações ordinárias (b), Prejuízo básico e diluído por ação ordinária (Em Reais) (a)/(b).

c) Ajustes de avaliação patrimonial: Os ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

Table with 2 columns: Description and Amount. Rows include Hedge accounting, Total.

14. RESULTADO FINANCEIRO

Política Contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

15. COMPROMISSOS

A Companhia tem contratos de venda para entrega futura, conforme demonstrado a seguir:

Table with 7 columns: Produto, Data de entrega, Quantidade, Contratos, Unidade, Moeda, Preço. Rows include Safra 2024/25, Milho, Soja.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política Contábil: Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

(ii) Custo amortizado: Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar. (iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Valor Contábil

Table with 3 columns: Descrição, Nivel Híbrido, 31/12/2024. Rows include Valor justo através do resultado, Valor justo de instrumentos hedge, Total Ativos, Passivos, Passivos pelo custo amortizado, Total Passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil. a) Política de utilização, objetivos e estratégias: O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia é a proteção das margens operacionais. A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos e aprovou, a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, a monitoração da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração.

Continua

Continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

internacionais classificadoras de risco a saber: Moody's, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de commodities e juros de suas contrapartes, regularmente. b) Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido: As operações de contratos a termo (NDF) e contratos futuros de commodities (vide nota 16.h), são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Além disso, as operações de swap de câmbio (vide nota 16.h) visam proteger a variação cambial futura dos empréstimos em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de hedge ("hedge accounting"), em conformidade com o CPC 48. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras. c) Risco de câmbio: Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (Non Deliverable Forward). Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio. Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o Business Plan, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do Business Plan e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total. Com base no custo já formado com a compra dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o Comitê de Gestão de Riscos irá executar os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta. No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Table with columns: Valor de referência (notional) Moeda, Valor justo (MTM) Moeda. Rows: Contratos a termo (NDF), Moeda estrangeira - Posição vendida.

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de "hedge accounting":

Table with columns: Vencimentos Moeda, Contratos a termo (NDF) Moeda. Rows: Até 31/03/2025, Até 30/06/2025, Até 30/09/2025, Até 31/12/2025, Até 31/03/2026.

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Table with columns: Valor de referência (notional) Moeda, Valor justo Moeda. Rows: Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A.

Para determinação do valor justo das operações de contrato a termo (NDF) foram utilizados os seguintes critérios: curva futura do dólar publicada pela B3 no fechamento de cada exercício. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros DI x Pré B3 (www.b3.com.br) de fechamento de cada exercício. Riscos da variação da taxa de câmbio: A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2025 e 2026, conforme segue: • Cenário Provável: com base no relatório FOCUS (BACEN) de 30 de dezembro de 2024, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$ 5,9600 variando para a taxa Plax do dia 31 de dezembro de 2024 de R\$ 6,1923. • Queda de 15% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 5,0660, equivalente a 15% inferior à cotação do Cenário Provável. • Queda de 30% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 4,1720, equivalente a 30% inferior à cotação do Cenário Provável. • Aumento de 15% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 6,8540, equivalente a 15% superior à cotação do Cenário Provável. • Aumento de 30% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 7,7480, equivalente a 30% superior à cotação do Cenário Provável. A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

Table with columns: Cenário remoto Cotação R\$, Cenário possível Cotação R\$, Cenário encerramento do exercício Cotação R\$, Cenário possível Cotação R\$, Cenário remoto Cotação R\$. Rows: Exercício 2025, Exercício 2026.

Table with columns: Exercício 2025, Exercício 2026. Rows: Estimativa de receita altamente provável em USD, Estimativa de compromissos em USD, Contratos a Termo (NDF), Exposição líquida em USD, Exercício 2026.

Table with columns: Fornecedores (nota explicativa 10), Exposição líquida do balanço patrimonial. Rows: Saldo em Reais (R\$), Saldo em Dólares (USD).

d) Risco de preço: A maior parte da proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de vendas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (forward contracts). Além disso, também são utilizados contratos de futuros, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de swaps, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das commodities cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras. Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros contratados para proteção contra variação do preço das commodities, cujos efeitos estão registrados no patrimônio líquido por estarem registradas na forma de hedge accounting.

Table with columns: Valor de referência (notional) Moeda, Valor justo Moeda. Rows: Com vencimentos em 2025, Com vencimentos em 2026.

Riscos da variação dos preços das commodities: A Companhia projetou o impacto potencial da variação dos preços para cada cultura: algodão e soja com base no cenário provável convertido a ptax de R\$ 5,9600, conforme relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2024. • Cenário Provável: Com base no preço de fechamento de 31 de dezembro de 2024 do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada: • Cenário Possível com aumento de preços: aumento no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada, de acordo com cada cultura; • Cenário Possível com queda de preços: queda no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada, de acordo com cada cultura. A avaliação de sensibilidade de preços considera como exposição a totalidade da receita estimada (receita de venda altamente provável) e a totalidade de instrumentos de proteção contratados, geralmente representados por vendas futuras de produtos agrícolas, em relação à exposição desses mesmos itens vendidos (receita altamente provável protegida). Demonstramos a exposição líquida dos impactos para cada cenário projetado:

Table with columns: Soja - 2025, Cenário provável, Cenário possível - com aumento de preços, Cenário possível - com queda de preços. Rows: % cenários, Exposição Líquida.

e) Risco de juros: Uma parcela do endividamento referente a operações de financiamento à exportação da Companhia, está vinculada a taxas de juros pré-fixadas, que é a taxa de juros utilizada em empréstimos indexados ao dólar americano ou euro. Para proteção contra a variação cambial de operações de empréstimos, financiamentos e fornecedores, a Companhia realiza operações de hedge através de instrumentos de swap com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de variação cambial e taxas de juros pré-fixada ou IPCA e taxas de juros pré-fixada (posição ativa) por taxa de juros em CDI mais Taxa Pré-fixada (posição passiva). O valor do principal (nocial) e vencimentos da operação de swap é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do hedge. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação do câmbio. A seguir segue detalhamento da operação de swap de moeda e taxas de juros:

Table with columns: Instrumento de hedge, Objeto hedgeado, Resultado MTM financeiro, Patrimônio líquido. Rows: Itaú, Itaú, Itaú.

Riscos da variação das taxas de juros: Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2024 foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 30 de dezembro de 2024 definimos os índices para o CDI, Câmbio e IPCA. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2025. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

Table with columns: Dívidas em dólares, Capital de Giro, Dívidas em pré swapada Crédito Rural, Aplicações Financeiras CDB. Rows: Taxa de Saldo em Queda, Queda de 50%, Cenário provável, Aumento de 25%, Aumento de 50%.

f) Taxas médias anuais. g) Risco de liquidez: Os fluxos brutos de saídas, divulgados abaixo representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivados de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivados que têm liquidação simultânea bruta.

Table with columns: Fluxo de caixa até 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos, 5 anos, de acima de 5 anos. Rows: 31 de dezembro de 2024, Passivos financeiros Não derivativos, Operações com derivativos.

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes. g) Resumo das operações de derivativos em aberto: A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

Table with columns: Conselho de Administração, Diretoria, Contador. Rows: Aurélio Pavinato - Presidente, Pedro Sergio Almeida Prado de Castro Valente - Conselheiro, Rodrigo Machado Gelain, Aline Antunes e Silva.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas S.A. Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 19 de abril (data da constituição) a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 19 de abril (data da constituição) a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas

na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a

Table with columns: Valor de referência (notional) Moeda, Valor justo registrado no ativo Moeda, Valor justo registrado no passivo Moeda. Rows: Operações de proteção cambial, Operações de proteção dos produtos - operações financeiras.

Table with columns: Operações de proteção cambial, Operações de proteção de juros. Rows: Swap VC+Pré x CDI+Pré - 16.e, Total.

h) Resultado com operações de derivativos: A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Table with columns: Alocação no resultado financeiro Moeda, Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido Moeda. Rows: Operações de proteção cambial, Operações de proteção de commodities.

i) Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows: Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, Caixa e equivalentes de caixa, Dívida líquida.

17. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas têm um programa de participação no resultados, extensivo a todos os seus colaboradores. O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido da controladora, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculados a metas estabelecidas para cada unidade de produção. A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido da controladora. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano. Em 31 de dezembro de 2024, o montante provisionado no resultado do período, no grupo de despesas administrativas, é de R\$ 412.

18. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta os seguintes detalhamentos de seguros e coberturas contratados:

Table with columns: Cobertura (R\$). Rows: Estoques de Grãos e Algodão, Prédios e benfeitorias, Máquinas e Equipamentos, Responsabilidade civil de administradores, Responsabilidade civil geral.

Seguro de estoque de grãos e algodão - Cobertura da colheita, beneficiamento e estoque de soja, milho, algodão, sendo produção própria ou de terceiros sobre sua responsabilidade. Apólice com vencimento em 18/12/2025. Seguro de prédios e benfeitorias - Cobertura a danos materiais, causados aos prédios e benfeitorias, ocasionados por incêndio, explosão, vendaval e fumaça. Apólice com vencimento em 18/12/2025. Seguro de máquinas e equipamentos - Cobertura a danos causados a Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, gerados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão. Cada máquina e equipamento possui seu limite máximo de indenização correspondente ao seu valor segurado. Apólice com vencimento em 09/10/2025. Seguro de responsabilidade civil de administradores - Cobertura sobre danos involuntários causados a terceiros por responsabilidade civil de executivos (diretores e administradores), com poder de gestão. Apólices com vencimentos em 30/06/2025. Seguro de responsabilidade civil geral - Cobertura de garantia de pagamento de indenizações, a título de reembolso, a danos que a Companhia vier a ser responsável civilmente em sentença judicial transitada em julgado. Apólice com vencimento em 22/02/2025.

19. DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

Table with columns: 31/12/2024. Rows: Despesas por função, Despesas por natureza, Despesas por natureza Depreciação e amortização, Despesas com pessoal, Matéria prima e materiais, Outras despesas operacionais.

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir demonstramos o detalhamento de outras receitas e despesas operacionais:

Table with columns: 31/12/2024. Rows: Outras receitas operacionais, Receita com aluguel, Subtotal, Outras despesas operacionais, Provisão para perda de impostos a recuperar (nota 7), Subtotal, Total.

Continuação

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de março de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda
 CRC SP-014428/F-7
Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
 Contador CRC-RJ 093679/O-1

Jornal do Comércio

**O CONTEÚDO QUE
 FAZ A DIFERENÇA
 NO SEU DIA A DIA**



Escaneie o
QRCode e
 acesse o
 canal
 do JC



<p>→ continuação</p>	<p>Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis da Urbia Cânions Verdes S.A.</p>	
<p>Aos Acionistas e Administradores da Urbia Cânions Verdes S.A. - São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Urbia Cânions Verdes S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável</p>	<p>pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles</p>	<p>internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>BDO São Paulo, 14 de março de 2025</p> <p>BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. Diego Cavalcante Bastos CRC 2 SP 013846/O-1 Contador - CRC 1 SP 292913/O-9</p>

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

TUDO AO SEU ALCANCE, NO SEU TEMPO.

Baixe o App e conecte-se à informação com apenas um clique!




Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

